



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE ARAPONGAS

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI

Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - E-mail: apas-1vj-e@tjpr.jus.br

Processo: 0005940-23.2019.8.16.0045

Classe Processual: Execução Fiscal

Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

Valor da Causa: R\$1.805,57

Exequente(s): • Município de Arapongas/PR

Executado(s): • MARIA APARECIDA DE LIMA MARTINS

1. Citada por edital a parte executada (seq. 70). Curador nomeado. Pagos os honorários (seq. 221).
2. Havendo custas pendentes, ao cálculo.
3. Se pagas as custas, fica suspenso o feito pelo prazo de 1 (um) ano.
- 3.1 Observo que a suspensão do feito no sistema não impede o exequente de peticionar e requerer o prosseguimento em caso de descumprimento, não havendo necessidade de concessão de prazo para verificação da regularidade.
4. **Defiro a suspensão do leilão**, intime-se o Sr. Leiloeiro.
5. Promova-se a baixa no apontamento Serasajud. Havendo restrição Renajud, deve ser mantida apenas a restrição de transferência, com baixa na restrição de circulação e licenciamento. No mais, as penhoras via SISBAJUD realizadas antes do parcelamento, devem ser mantidas consoante tese fixada nos Recursos Especiais n. 1.756.406/PA, 1.703.535/PA e 1.696.270/MG, Tema 1012, STJ:

"O bloqueio de ativos financeiros do executado via sistema BACENJUD, em caso de concessão de parcelamento fiscal, seguirá a seguinte orientação:

- (i) será levantado o bloqueio se a concessão é anterior à constrição; e
- (ii) fica mantido o bloqueio se a concessão ocorre em momento posterior à constrição, ressalvada, nessa hipótese, a possibilidade excepcional de substituição da penhora online por fiança bancária ou seguro garantia, diante das peculiaridades do caso concreto, mediante comprovação irrefutável, a cargo do executado, da necessidade de aplicação do princípio da menor onerosidade".

6. Decorrido o prazo, intime-se a exequente para se manifestar em 15 (quinze) dias, requerendo o que de direito, sob pena de arquivamento.
7. Arquivados os autos, passa a correr a prescrição intercorrente.

Int.

Arapongas, datado eletronicamente.

Luiz Otavio Alves de Souza

Juiz de Direito

